

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE “ALIENAÇÃO DOS TERRENOS DA ANTIGA FEIRA POPULAR -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para ver se enquanto o Senhor Presidente da Câmara está a apresentar a proposta, porque enfim, pode-lhe suscitar necessidade de esclarecimento de algum ponto, e portanto, até ao final da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, se mais alguém se quiser inscrever, esta mesa que está do vosso lado esquerdo, mesa que está do vosso lado esquerdo, aceita inscrições. Portanto, se alguém pretender se não se importa dirige-se ali, para sinalizar a vossa vontade de intervir. -----

----- Do vosso lado esquerdo, as pessoas que estão sentadas são Deputados Municipais da 1ª e da 3ª, comissões permanentes. -----

----- Porquê da 1ª e da 3ª?-----

----- Porque a 1ª Comissão é a comissão que discute os problemas de património e a 3ª Comissão é a comissão que discute os problemas de urbanismo. Portanto, são estas duas comissões que estão a apreciar a proposta e estas duas comissões que vão ter que fazer um parecer e pronunciar-se antes da Assembleia Municipal votar. -----

----- Aqui na mesa tenho a Senhora Presidente da 1ª Comissão e o Senhor Presidente da 3ª Comissão, que estão aqui, naturalmente também, para ouvir as pessoas e aquilo que têm a dizer. -----

----- Esta sessão está a ser transmitida *online*. Ficará registada no canal Youtube da Assembleia Municipal, devidamente identificada.-----

----- E portanto, vamos a isto, o objetivo é ouvir-vos.-----

----- E vamos começar por ouvir uma apresentação breve do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Falta-me dizer ainda uma coisa, no final das vossas intervenções os Senhores Deputados Municipais da 1ª e da 3ª, comissões permanentes podem ter necessidade de esclarecer dúvidas relativamente a alguma coisa que tenha sido dita pelo público, e portanto, podem querer formular alguma pergunta ou pedir algum esclarecimento ao público que falou, para que fique bem claro o que é que as pessoas disseram, o que é que pretendem. E portanto, será dada também a palavra aos membros da 1ª e da 3ª comissão para esse objetivo, no final das intervenções do público. -----

----- Posto isto, vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Tenho neste momento apenas sete inscrições, julgo que podemos ter na ordem dos oito minutos para cada inscrição. Pedia aqui às Senhoras funcionárias que ajustassem o tempo para os oito minutos, se for preciso haverá tolerância da Mesa, naturalmente, mas procuramos sempre não fazer intervenções muito longas para não se tornar depois muito tarde o terminar da sessão. -----

----- Esses relógios daí vêm-nos mal, mas o relógio azul-turquesa para quem o consegue ver, o relógio azul-turquesa começa a piscar quando alguém estiver a falar e conta os oito minutos e a Mesa depois sinaliza que está o tempo a acabar. -----

----- O outro relógio azul é três minutos para os membros da comissão, mas enfim, os Senhores Deputados já estão habituados a ser muito sucintos, não iremos ser aqui retapronúncias com os tempos, mas é apenas para darmos realmente prioridade ao tempo do público. -----

----- Posto isto, não sei se os Senhores Presidentes da 1ª e da 3ª comissão têm alguma coisa a dizer? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara está ladeado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que é o responsável do património e do urbanismo e pelo Diretor do Departamento de Património da Câmara Municipal de Lisboa, mas é a ele que compete, neste momento, apresentar a proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, quero começar por saudá-la por esta iniciativa, agradecer-lhe o empenho e o trabalho que teve para a sua concretização. ---

----- Considero que é da maior importância para a boa governação da cidade de Lisboa a participação dos cidadãos nas decisões importantes que afetam, em todas as decisões mas em particular nas decisões importantes, que afetam a nossa cidade e que nestas decisões importantes haja sempre um debate amplo e participado, sobre estas matérias. -----

----- Debate que naturalmente ocorre sempre nos órgãos do Município, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal nas comissões, no Plenário, sempre muito vivo e animado para quem conhece, mas creio que a participação e a abertura destas audições é de grande importância, nestes temas que são centrais para o futuro da nossa cidade. -----

----- Quero em segundo lugar agradecer a participação dos munícipes, a presença dos munícipes aqui presentes, é com gosto que vos vejo aqui e que terei oportunidade de apresentar a proposta, mas também de vos ouvir, relativamente às preocupações e questões que entendam colocar. -----

----- Queria talvez começar a minha intervenção do ponto de vista da substância. Quero começar a minha apresentação da substância, gastando três minutos sobre o historial e alguns pontos importantes sobre os terrenos da Feira Popular, porque nem todos os munícipes conhecem o detalhe da situação. -----

----- A verdade é que depois do processo da intenção de venda que remonta ao 2005, onde foi realizada uma hasta pública e uma operação de permuta entre metade dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer. O processo entrou num contencioso judicial, que não interessa desenvolver, que resultou nuns anos mais tarde pela anulação por parte do tribunal relativamente à operação. -----

----- Em segundo, desenvolveu-se um outro processo contencioso em que opunha... à Bragaparkes, relativamente à resolução das questões relativas à titularidade dos terrenos e relativa aos pagamentos e aos valores envolvidos, na titularidade dos terrenos. É uma situação que penalizou muito a cidade durante muitos anos, porque era uma situação que já se arrastava, antes até de 2005, como a situação de funcionamento de funcionamento da antiga Feira Popular, que já estava em queda face aos tempos áureos que tinha vivido. Mas uma situação que se tornou

verdadeiramente uma ferida na cidade de Lisboa, com há dez anos, uma zona daquela importância, com aquela centralidade, vedada e na situação que todos nós conhecemos. Sem possibilidade de utilização, porque havia um contencioso jurídico sobre a própria propriedade dos terrenos, sem que nada se pudesse fazer e numa situação de degradação que as pessoas conhecem e que creio que nos penaliza a todos que vivemos na cidade de Lisboa.-----

----- Foi possível em 2014, um acordo que resolveu uma parte do problema, e a parte do problema foi resolver em definitivo as questões da titularidade dos terrenos. Foi feito um acordo entre a CML e a Bragaparkes, em que a CML devolveu o dinheiro que tinha recebido relativamente às hastas públicas. Pagou a hasta pública, pagou o dinheiro que se tinha pago aquando da aquisição do Parque Mayer, e por isso, estabilizou-se em definitivo a propriedade de ambos os terrenos no Município de Lisboa, remetendo-se para um Tribunal Arbitral as questões relativas ao valor exato de pagamento, havendo uma diferença de opinião entre o Município e a Bragaparkes relativamente a esses valores.-----

----- Este foi um bom acordo para a cidade, porque permitiu desbloquear, permitiu o mais importante, que foi, a partir do momento em que se estabilizou a titularidade do terreno, permitiu-nos começar a pensar sobre a recuperação do terreno e acabar com aquela situação que nós hoje vemos e que há dez anos que vemos ali, naqueles muros e naqueles taipais a vedarem o acesso a uma zona sem qualquer tipo de utilização, bem no centro da cidade de Lisboa.-----

----- Eu quis fazer esta nota para vos dar a noção disto, só a partir de 2014, só a partir do ano passado, só no ano passado, é que a situação da titularidade ficou resolvida em favor da Câmara e só a partir dessa data é que a câmara pode pensar em intervir sobre o terreno. Porque até lá não tinha sido possível qualquer intervenção.-----

----- Neste momento, quer este terreno da antiga Feira Popular, quer o terreno do Parque Mayer são propriedade do Município de Lisboa, que pode dispor deles como entender e é isso que nós hoje aqui estamos a discutir. E o Tribunal Arbitral, qualquer decisão que venha do tribunal, não afeta e não colide com a decisão da propriedade. ---

----- Neste acordo, a CML pagou 100.000.000€, 101.000.000€ para ser mais precisos, que foram os valores calculados que tinham sido despendidos nas aquisições realizadas pela Bragaparkes.-----

----- Segundo ponto que vos quero falar é uma vez estabilizada a decisão da propriedade, obviamente que nós pensamos no desenvolvimento do terreno e daquela área, num processo que tem envolvido o Executivo há mais de um ano a esta parte, em que temos feito um trabalho muito intenso de preparação, de estudo, de avaliação, sobre a melhor forma de desenvolver aquela zona da cidade.-----

----- A primeira decisão que tomámos foi, naturalmente, que aqueles terrenos deviam ser alienados e fizemo-lo por vários tipos de razões.-----

----- Em primeiro porque estamos em plena malha urbana da cidade, estamos com uma ferida de uma zona que não está urbanizada, mas que é normal que seja urbanizada no meio precisamente do centro da cidade.-----

----- Segundo lugar é normal que a urbanização decorra realizada por privados, o Município não tenha recursos para o fazer. -----

----- E em terceiro lugar há uma dívida que a câmara assumiu, relativamente à aquisição que fizemos, no fundo a Câmara adquiriu de novo os terrenos e essa dívida tem que ser liquidada, tem impactos financeiros nas contas do Município. -----

----- A segunda questão, dentro depois da decisão de alienação, foi tentar perceber muito bem como é que fazíamos uma operação que fosse nas melhores condições para a cidade, o que envolvia quer as questões financeiras, quer as questões do tempo, mas também as questões do programa, isto é, o que é que serviria melhor a cidade. Como é que aquele terreno poderia servir melhor a cidade, do ponto de vista do seu uso dentro do espaço em que estávamos colocados. -----

----- Foi um debate muito intenso que tivemos durante muito tempo dentro da Câmara, envolvendo muitas pessoas e chegámos à conclusão que está expressa na proposta que apresentamos. -----

----- Em primeiro lugar devíamos fazer uma alienação no lote, numa unidade única e não por parcelas. -----

----- Por que razão? -----

----- A razão principal é que só esta fórmula permite uma unicidade do projeto, permite um projeto que seja integrado e único do ponto de vista do seu desenvolvimento, mas em segundo lugar e mais importante ainda, porque esta a solução que nos assegura que nós temos a faculdade de aumentar de forma muito significativa as áreas de fruição pública e também as áreas verdes. Opção que não estava garantida, se fôssemos para uma venda de lotes individualizados, até porque os lotes seriam possivelmente iniciativa de promotores privados que os viessem a adquirir e a capacidade de intervir e de limitar essa realização, era menor do que a partir de um lote único de uma operação integrada que pudesse ser feita desta forma. --

----- Aqui justifica-se, é desta forma que se justifica uma das principais decisões que é tomada na alienação deste terreno, que é a decisão de que o projeto a implementar no terreno tenha pelo menos 50% da área de superfície de pavimento, que seja pelo menos 50% da área, peço desculpa, da área do terreno que seja área aberta à circulação pública, pelo menos 50% e pelo menos 30% que seja área verde. Significa uma parte importante do terreno. Significa em termos de área verde mais de 1 hectare, cerca de doze mil metros quadrados, que ficará como área verde e 50% ficará como zona de circulação. -----

----- Este é um dos grandes ganhos, uma das grandes opções estratégicas que fizemos relativamente ao terreno e que não conseguiríamos com outra opção urbanística. -----

----- A segunda opção de fundo é a questão do uso e questão de como nós decidimos a escolha do uso. E olhando do ponto de vista do desenvolvimento da cidade, sentimos dois elementos de fundo que tiveram na nossa escolha. Em primeiro lugar que Lisboa necessita de espaços para escritórios e para empresas, e necessita de espaços para escritórios e empresas, como um elemento central para a cidade ter mais empregos, haver mais empregos na cidade de Lisboa e também dessa forma para podermos ter mais pessoas na cidade de Lisboa. -----

----- A verdade é que nós nos estudos muito significativos que temos feito no mercado ao longo destes anos constatamos e temos sido confrontados, com muitas empresas com vontade de se instalar em Lisboa mas que não encontram na cidade de Lisboa os locais de dimensão necessárias para instalar os seus escritórios. Há muitos escritórios disponíveis na cidade, há muito poucos escritórios disponíveis com a dimensão necessária para acolher empresas e serviços com dimensão significativa. -----

----- Para vos dar uma ideia, até há poucos meses atrás existiam na cidade de Lisboa, unicamente dois espaços de escritórios com área disponível de 10000 metros quadrados, era uma das torres do Centro Colombo e era o edifício do Monumental. Significa que uma empresa que se quisesse instalar, ou por exemplo, sair do Oeiras Parque para se instalar em Lisboa, não tem hoje local para o fazer na cidade de Lisboa. A EDP por exemplo está e tinha a necessidade de uma área maior, não tinha a possibilidade de ir para outra área, senão construir uma sede nova onde pudesse concentrar os seus serviços. -----

----- E por isso, a existência de espaços de escritório para a localização de empresas é essencial para termos mais emprego, é essencial para termos mais pessoas na cidade e é perfeitamente natural que esta consolidação da zona se faça no que é zona central da atividade económica e do emprego da cidade de Lisboa, que é precisamente a zona que vai desde o meio da Avenida da Liberdade até Entrecampos, que é onde se concentra a grande fatia do emprego e da atividade económica na área dos serviços na cidade de Lisboa. -----

----- Do debate em Câmara colocou-se a questão da habitação e do peso da habitação. E depois do debate tido, foi considerado que deveríamos ter uma percentagem mínima, definir um máximo relativamente à habitação mas permitir a construção de habitação. Isto foi um progresso face ao debate que tivemos, que a proposta original era uma proposta de contemplar...só se referia relativamente ao comércio, serviços e hotelaria, mas foi um progresso, fruto das opiniões que ouvimos dos partidos e consideramos e entendemos considerar um valor de 20%. Consideramos este valor, porque consideramos pertinentes os argumentos daqueles que entendem que no projeto deve haver uma componente de habitação, sim senhor, mas consideramos que ela não deve ser maioritária, nem deve ser predominante, relativamente ao total do complexo. -----

----- E fizemos isto por duas razões fundamentais, três razões. -----

----- A primeira a localização do próprio terreno. Consideramos que nesta área é mais vantajoso consolidar a zona de comércio e serviços da cidade do que a expansão da habitação. -----

----- Em segundo lugar, porque a expansão da habitação na cidade, consideramos que é política, deve ser e deve manter-se na cidade como uma prioridade a reabilitação urbana e não a construção nova. Não é uma regra absoluta, naturalmente, haverá sempre espaço para a construção, mas a prioridade em matéria de habitação deve ser a reabilitação e não a construção. -----

----- E em terceiro lugar, porque a construção que possa nascer naquele local, temos de ter consciência, será sempre uma construção que tem o seu espaço no mercado, tem

naturalmente o seu espaço na cidade, mas é uma construção de altíssimo valor que irá ser sujeita, que irá ser colocada num mercado para segmentos muito altos do ponto de vista do poder aquisitivo. Obviamente que a cidade necessita de habitação para todos, também necessita de habitação para os segmentos muito elevados, mas consideramos que sendo a prioridade a reabilitação...a prioridade que nós necessitamos na nossa cidade em matéria de habitação é a habitação a renda acessível, isto é, a habitação, não estamos a falar de habitação social onde também há necessidades a que estamos a tentar dar resposta com a expansão do Bairro Padre Cruz e com a expansão do Bairro da Boavista e com os processos de recuperação do edificado municipal. Mas onde nós sentimos que temos que dar a resposta às necessidades da população, das classes médias e dos jovens que procuram e que querem viver em Lisboa, é precisamente responder ao problema de em Lisboa as casas serem muito caras. -----

----- E por isso, devemos direcionar os nossos esforços para a resposta ao segmento que nós denominamos de habitação acessível, não é habitação social mas é habitação a custos acessíveis e em particular, privilegiar o arrendamento em detrimento da aquisição.-----

----- É neste sentido aliás que estamos a trabalhar num programa, que nos próximos meses apresentaremos aos órgãos do Município e à cidade, num vasto programa de habitação para arrendamento a custos acessíveis, com o objetivo de termos 5000 fogos disponíveis neste regime, porque é esta a prioridade. -----

----- É, no fundo, isto que justifica a nossa opção relativamente à habitação. O local por um lado, a prioridade à reabilitação e a consciência de que a habitação que nascer naquele empreendimento, será sempre uma habitação...fina, à classe baixa não seguramente, não se destinará às classes médias, com grande probabilidade destinar-se-á a um estrato muito particular da sociedade e da cidade, que são os estratos de muito elevado rendimento, que é no fundo os valores da habitação naquela zona e naquele lote. -----

----- Concluía Senhora Presidente com duas notas.-----

----- A primeira é que no processo que desenhamos, tivemos e temos uma grande preocupação com a execução do projeto, isto é, com o evitarmos os riscos de fazermos uma alienação da qual depois resulte um comprador, que possa ficar com o terreno e não realizar um projeto nos anos mais próximos. E por isso estabelecemos uma obrigação de uma garanti bancária de valor...que só vai ser libertada à medida que o projeto é apresentado, que a obra começa e no fim da concretização do projeto.-----

----- Definimos, também, um prazo máximo para a realização de um empreendimento, daquela natureza, que são cerca de dez anos.-----

----- Temos mantido um contato intenso com potenciais investidores, explicando isso mesmo.-----

----- E impusemos neste processo, impomos sempre em todos os processos, mas impusemos neste por maioria de razão da sua importância, da sua dimensão, mas também do seu histórico, uma exigência muitíssimo grande sobre a transparência e sobre a concorrência afeta a esta hasta em particular.-----

----- Desenvolvemos uma campanha internacional de promoção do processo. Desenvolvemos uma informação muito sistemática com vários investidores. Realizámos processos de divulgação de todo este processo, porque queremos acima de tudo, que este seja um processo... através de uma hasta pública, que nós queremos que possam participar o maior número de investidores qualificados, para podermos, pelo menos, após dez anos desde a primeira tentativa falhada de alienação, nos muitos mais anos depois da necessidade que a cidade já sentia de resolver aquele problema, para que possamos finalmente virar a página, uma página muito custosa e dolorosa para a cidade de Lisboa. E que possamos voltar a ter naquele terreno um espaço vivo, dinâmico, aberto, da nossa cidade e que contribua para o bem-estar de todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Temos, neste momento, sete inscrições na Mesa. Se alguém quiser inscrever-se poderá dirigir-se ali ao lado. E vamos passar a dar a palavra ao público. Falarão aí da sala através dos microfones que estão disponíveis, só peço que digam o primeiro nome para conferirmos depois em ata quem foram as pessoas que falaram. -----

----- Vou dar a palavra à primeira pessoa que está inscrita, o Senhor José Toga Soares.” -----

----- **O Senhor José Toga Soares** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. O meu nome é José Toga Soares, sou Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas de Lisboa. Aproveito para a cumprimentar a si, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cumprimentar os Senhores Vereadores e Deputados Municipais presentes nesta sala, os órgãos de comunicação social. -----

----- Agradecer desde já a todos aqueles que contribuíram para a nossa petição, todos aqueles que acreditam que a política local em sociedades democráticas não deve ser escrutinada apenas de quatro em quatro anos, mas que acreditam que há sempre uma palavra a ser dita pelos eleitores em matérias de vital importância para a Cidade de Lisboa. -----

----- Preocupa-nos o facto, da Câmara estar a querer vender um terreno que a mesma apelida como sendo o coração da cidade sem apresentar os estudos mínimos em que se baseia, nomeadamente para impor uma afetação de pelo menos 60% da superfície acima do solo para uso terciário e apenas de 20% para habitação. Porquê apenas 20% para habitação quando a Câmara afirma constantemente que é necessário atrair população para a cidade e quando esta é uma zona da cidade que nos últimos 20 a 30 anos tem vindo a perder moradores. -----

----- Por outro lado, um projeto desta envergadura vai trazer diariamente para aquela zona da cidade alguns milhares de pessoas, com o conseqüente aumento de circulação rodoviária em artérias que já hoje se apresentam permanentemente congestionadas em algumas horas do dia. -----

----- A isto acresce o facto da proposta camarária prever os acessos automóveis ao estacionamento em subsolo terem que se realizar obrigatoriamente pela Avenida 5 de

Outubro, ficando um eventual acesso pela Avenida da República condicionado à apreciação da CML em sede de licenciamento. -----

----- Tudo isto sem que nós conheçamos um estudo prévio de tráfego e circulação. -----

----- Também nos preocupa o facto da Câmara apenas impor ao futuro promotor, em termos de contrapartidas, a execução de um arruamento público na continuidade da Rua da Cruz Vermelha, entre a Avenida 5 de Outubro e a Avenida da República. Parece-nos pouco, muito pouco mesmo se tivermos em conta que este foi um terreno que esteve sempre ao serviço da população de Lisboa e onde existia até um teatro, o Teatro Vasco Santana. -----

----- Seria importante, do nosso ponto de vista, que na venda deste terreno fossem consideradas contrapartidas para usufruto da população em geral, mas muito em particular daquela zona da cidade, quer na área cultural, quer na área social. Centros de dia, creches, centro de apoio escolar, zonas de lazer, parques infantis, ou outros quaisquer equipamentos que apoiem uma comunidade que, apesar de localizada no coração de Lisboa, tem ainda bastantes lacunas nestas valências.-----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, gostaria de lhe colocar algumas questões muito diretas e para as quais gostaria de ter a sua total atenção:-----

----- Há, ou não há, uma política de repovoamento do centro da cidade? -----

----- Considera que numa freguesia com claro excesso de oferta imobiliária para o setor terciário não será excessivo abrir mais espaços para este setor? -----

----- É verdade que se prepara alocação de uma nova superfície comercial nos terrenos da Feira Popular, isto sabendo que existem no raio de um quilómetro pelo menos seis espaços com estas características?-----

----- Quando se considera que a estação de Entrecampos é na sua localização a estação intermodal da cidade, não seria útil criar novas valências neste equipamento, aproveitando o espaço dos terrenos da Feira Popular, tornando-a ainda mais útil?-----

----- A última pergunta é se há, ou não há, um estudo de tráfego que sustente a opção do acesso ao empreendimento apenas pela Avenida 5 de Outubro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Explicar-vos novamente que o objetivo desta sessão é ouvir as vossas preocupações e portanto, independentemente da resposta que possa ser dada aqui ou não, o que acabou de ser dito ficará registado no relatório desta audição e os Deputados Municipais terão que se pronunciar sobre isto, porque é esse mesmo o objetivo desta audição.”-----

----- **O Senhor Francisco Nunes da Silva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O meu objetivo aqui era também conhecer um pouco melhor o projeto, de maneira que nesta fase não tenho grandes intervenções a fazer. Partilho algumas das preocupações que foram apresentadas aqui pela pessoa anterior, nomeadamente o excesso de oferta imobiliária para serviços e também a falta de algumas

infraestruturas de educação, creches, etc., que foi aqui referido. De resto não tenho mais nada a dizer.”-----

----- **O Senhor Augusto Vasco Costa** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: --
----- “Primeiro não posso deixar de felicitar esta Assembleia e a sua Presidente por mais esta iniciativa. Bem hajam. -----

----- Depois, apelar ao bom senso. Os objetivos para Lisboa são claros, preservar a sua silhueta, a escala das suas ruas, praças e bairros. Assim, se queremos verdadeiramente reabilitar a escala de Lisboa, há que reduzir o número médio de pisos acima do solo, que julgo que estão propostos cerca de sete, para quatro mais um amansar dado, mas em contrapartida aumentar a sua área de construção através do aumento da sua área de implantação de 50% para 65%. -----

----- Porquê esta percentagem? Porque efetivamente sabemos, está estudado, que a proporção entre áreas livres e área construída, para criar aquela escala que todos nós pretendemos, que é uma escala humana mas que se sinta perfeitamente que estamos numa cidade, é entre os 60% e os 65%. -----

----- Depois, aproveitar as suas duas primeiras caves para uso terciário. -----

----- Se queremos mesmo um mix de usos, e aí estou inteiramente de acordo com as razões expostas pelo primeiro orador, não vamos novamente passar a distribuir a cidade por zonas mas propor os mix de usos. Isto é, proporções corretas de proporcionalidade entre habitação e escritórios. Penso que a área de construção para habitação devia andar à volta dos 40% a 45%. -----

----- Penso que todos seríamos beneficiados. Os promotores porque teriam uma área de construção superior. O Município porque, para além de obter com esta área extra uma receita extra, era coerente com aquilo que nos tem prometido e nós lisboetas por podermos voltar a usufruir deste espaço emblemático da cidade e orgulhosos pela sua escala e harmonia. -----

----- Mas se continuarmos a promover 17 pisos na Fontes Pereira de Melo ou 8 pisos na primeira fila junto ao Tejo, quando a sua área histórica envolvente tem apenas 3 e 4 pisos, não estamos a ser coerentes nem a reabilitar Lisboa e estamos sim a colaborar no descontentamento que se sente crescente na sociedade para com os políticos e incentivar o surgimento de movimentos populistas, cujos resultados bem negativos conhecemos. -----

----- Concluo como comecei, haja bom senso. Como vêm. Não ponho em causa metros quadrados de construção. Sabemos que as cidades querem-se densas para serem vivas e autossustentáveis. -----

----- Onde gostaríamos de viver? Em Chelas, com grandes espaços livres e com uma baixa densidade, ou preferimos ir viver para o Chiado que tem o triplo da sua densidade de construção? -----

----- O problema é, a meu ver, tudo um problema de escala e de mixs urbanos, como acabámos de falar. -----

----- Obrigado Senhora Presidente mais uma vez. Obrigado Senhores Deputados Municipais por mais esta oportunidade. Esperemos que esta Assembleia nos dê a esperança de que valeu a pena vir cá.”-----

----- **A Senhora Teresa Sá e Melo** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Eu não preparei nenhum texto sobre esta reunião e agradeço à Senhora Presidente da Assembleia Municipal ter dado a possibilidade de dar a palavra ao público.-----
----- Enquanto cidadã queria agradecer às duas associações de moradores das Avenidas Novas e julgo que do Campo Grande também, que fizeram esta petição.-----
----- De facto, que as pessoas se preocupem pela construção nesta cidade, eu habito o centro da Cidade de Lisboa e a degradação urbanística desta cidade é absolutamente aberrante.-----
----- Devo dizer que é normalmente com executivos de esquerda, lamentavelmente porque eu voto à esquerda, que se destrói bastante da Cidade de Lisboa. Eu podia dar-vos vários exemplos, mas começaria por dizer que o Senhor Arquitecto Manuel Salgado do Urbanismo nos disse sempre publicamente que, em Lisboa, espaços para grandes edificações era coisa que já não existia. Ele fez questão de nos dizer sempre isto, que já não existiam grandes espaços para edificações em Lisboa. -----
----- Pois não passa um mês, nem três meses, nem seis meses, que o Senhor Arquitecto nos venha propor os 16 hectares do Campo Santana que o Governo ia destruir os hospitais e já agora a Câmara predispunha-se a construir lá, ou é um gaveto ali no Imviz para um prédio de não sei quantos andares de escritórios porque Lisboa precisava muito de escritórios, ou agora é a Feira Popular que entretanto vai à hasta pública porque a Câmara precisa de dinheiro. -----
----- Pediu emprestado 101 milhões, eu recordo-me, estava aqui nesta Assembleia quando ouvi dizer que se pediam emprestados 101 milhões. Agora precisa de recuperar esses milhões, anda toda a gente atrás dos milhões e eu pessoalmente o que vejo é uma degradação brutal da Cidade de Lisboa. É a zona ribeirinha completamente deformada, uma pessoa está por exemplo na Praça do Comércio, olha para aquela gare marítima lindíssima dos anos quarenta, conseguiram fazer um bloco cúbico encostado ao tal edifício que destrói completamente a estética do lugar. -----
----- Não sei qual foi a alma brilhante que teve essa ideia extraordinária de fazer aquele cubo de betão encostado àquele edifício que é magnífico. Depois, não contentes com isso, eu julgo que a Cidade de Lisboa deve odiar o património, há alguém que odeia profundamente o património da Cidade de Lisboa, que é uma cidade antiquíssima.-----
----- Fazem aquelas obras bem feitas na Praça do Comércio mas esquecem-se que os candeeiros daquela praça tinham que ser os candeeiros do século XIX e não aquelas hastes que lá puseram de iluminação pública. Vocês imaginam aquele passeio marítimo com aqueles candeeiros do século XIX, como seria lindíssimo? Lisboa merecia mais atenção, não utilizarem o espaço ribeirinho para construírem mais um bloco para um Observatório da Toxicodependência Europeu, por que os senhores observadores da toxicodependência europeia tinham que sentar o rabo em frente ao Tejo para estudarem a toxicodependência, porque não podia haver outro sítio.-----
----- Depois há um hotel em Belém também em frente ao Tejo. Não contentes com isso, vão construir um museu em frente ao Tejo e para fazer investigação oncológica

na Fundação Champalimaud... imagino eu e os meus colegas todos a exigir fazer investigação com uma bancada em frente ao Tejo. Tinha que ser construído um edifício em frente ao Tejo.-----

----- Toda a zona ribeirinha, há uma degradação completa da Cidade de Lisboa. Não há nenhum hotel que se construa na Cidade de Lisboa que não ocupe o espaço público. O hotel da Fontes Pereira de Melo, junto ao Marquês de Pombal, ocupou o passeio público. A entrada do hotel mais os carros, ocupou completamente o passeio público. Não há nenhum hotel na Avenida Praia da Vitória que não tenha os vasos em frente à porta num passeio de um metro de largura. Não há nenhum hotel que não se dê o direito de ocupar o passeio em frente à porta principal.-----

----- O Metropolitano de Lisboa, a grelha de arejamento é construída a 30 centímetros do solo em obstáculo do passeio público. Vocês já imaginaram em Roma, em Paris ou em Londres, que as grelhas de arejamento do metropolitano sejam 30 centímetros acima do solo? Só em Lisboa. -----

----- Eu vou dizer com toda a sinceridade: Senhor Presidente da Câmara, com toda a estima que eu possa ter por si e acho que é um político estimável, devia fazer atenção que uma coisa é ser Presidente da Câmara eleito por sufrágio universal e outra coisa é ser Presidente da Câmara por inerência. Eu acho, Senhor Doutor Fernando Medina, com o devido respeito, que devia tomar muita atenção às coisas que nos dizem respeito a nós, munícipes da Cidade de Lisboa, que vivemos no centro de Lisboa e a degradação é total, não há nada que seja preservado e estimado no centro da Cidade de Lisboa. -----

----- Diria ainda, para terminar, o seguinte também com toda a sinceridade: eu não tenciono, se nas próximas eleições autárquicas existir, com o devido respeito ao Senhor Arquiteto Manuel Salgado, se o Senhor Vereador Manuel Salgado estiver nas listas do próximo executivo em eleições autárquicas, eu não tenciono votar nessa lista.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós não estamos a falar sobre questões pessoais. Naturalmente que as pessoas são livres de exprimir a sua opinião, mas estamos aqui para ouvir sobre matéria da Feira Popular.”-----

----- **A Senhora Luísa Chaves** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. A minha questão é muito simples: eu tenho 53 anos e ao longo de 40 anos o início da Feira Popular era celebrado na minha família e íamos à Feira Popular. A Feira Popular traz-nos tradições e recordações fantásticas e quando fechou eu interroguei-me por que motivo não foi possível que toda aquela gente que vivia do produto do seu trabalho na Feira Popular, a montanha-russa, o carrossel mágico, aquelas coisas todas, por que motivo é que não houve possibilidade de manter aquilo. Esta é de facto a minha grande pergunta.-----

----- Eu já nem quero falar da questão da Bragaparkes, a questão dos negócios, se serão menos ou mais lícitos, a questão do tão saudoso Parque Mayer, onde eu também ia com os meus pais ao teatro de revista e do qual tenho muitas saudades, mas muito

sinceramente assustou-me o que o Senhor Presidente acabou de dizer. 60% da área para escritórios, como se já não tivéssemos entrada de pessoas suficientes em Lisboa, uma pequena reduzida parte para habitação.-----

----- Sim, será um terreno oneroso. Sim, serão com certeza habitações que não serão para o comum dos lisboetas. -----

----- Eu não sou de Lisboa, sou do Porto e sou do FC Porto. É uma virtude. -----

----- Mas de facto Lisboa é uma grande capital europeia e eu vou a Londres, vou a Madrid, vou a Barcelona, vou a Paris, grandes parques onde as pessoas passeiam, onde há esquilos. Eu em Lisboa tenho pouco mais que o Parque Eduardo VII assim como muito grande. Depois tenho ali o Parque das Nações, mas que até está ali com alguns problemas. Eu interrogo-me: por que motivo é que temos que fazer mais não sei quantas toneladas de cimento quando de facto ali não caberia lazer, não caberia aquilo que o meu antecessor disse, zonas que pudessem ser úteis à população, uma zona que se tornasse aquilo que Lisboa merece como grande capital europeia que é. -----

----- Preocupa-me muito, sou habitante das Avenidas Novas há 53 anos, porque vim muito pequenina do Porto, e de facto todos estes negócios e todos estes 101 milhões me preocupam ainda mais. Então, afinal, o que é que está por trás disto tudo? -----

----- Eu gostaria de perceber muito transparentemente toda esta situação.” -----

----- **A Senhora Licínia Dias** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. Partilho de preocupações já colocadas por algumas das pessoas que falaram. -----

----- No entanto, há duas questões que me parecem pertinentes, também. A Câmara terá prometido devolver à cidade um parque de atrações quando a Feira Popular foi extinta. Bem, agora vai haver um encaixe financeiro significativo se esta hasta pública tiver o êxito que os senhores esperam, portanto, seria a altura de avançar com a concretização. -----

----- É evidente que não esperamos que esse parque de atrações tenha a centralidade que tinha a Feira Popular, mas esperamos, naturalmente, que o sítio escolhido seja um sítio acessível, com transportes públicos e que as pessoas mais pobres, também tenham acesso. -----

----- Uma outra preocupação é a reposição do Teatro Vasco Santana.-----

----- Parece-me que no caderno de encargos deveria constar a obrigatoriedade do promotor, repor um equipamento cultural, polivalente, que se pode chamar Teatro Vasco Santana, não sendo, talvez, necessariamente, destinado a teatro, mas a atividades culturais diversas. -----

----- Temos que nos preocupar com a cultura e, naquele espaço, devia de também haver lugar para a cultura. Sei que também há a ideia de eventualmente, repor qualquer coisa como o Teatro Vasco Santana, nas traseiras de uma rua pouco frequentada, com pouco passagem, etc., não me parece que devamos ir por aí. Parece-me que um espaço cultural ali, naquele terreno deveria de ser considerado.-----

----- A mim a falta de participação dos cidadãos de Lisboa nesta iniciativa que saúdo, interpela-me e penso que nos deve interpelar a todos. O que é que estamos a fazer? E, nomeadamente, os responsáveis políticos como é que estão a agir que leva a que as

peessoas se divorciem completamente, destas questões. A minha experiência pessoal no esforço que fiz de divulgação desta iniciativa, aquilo que ouvi foi que não vale de nada ir lá colocar questões que eles depois fazem como quer e lhes apetece. Não devo ter sido só eu a ouvir este tipo de respostas, mas penso que isto nos deve interpelar a todos e devemos ver o que é que devemos mudar na nossa maneira de funcionar de maneira a que as pessoas se sintam parte integrante das decisões que são tomadas. ----
---- Muito obrigada” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

---- “Neste momento, a Mesa terminou as intervenções que tinha aqui inscritas. -----

---- O Senhor Presidente poderá esclarecer algumas dúvidas que foram colocadas, mas também podem pedir a palavra para intervir. Portanto, peço que sinalizem se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra, que sinalizem, não temos, hoje, o telefone habitual para receber os pedidos de inscrição. -----

---- Senhora Deputada Rosa Maria. Microfone à Senhora Deputada Rosa Maria.”-----

---- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito boa tarde. -----

---- Sou Deputada Municipal da 1ª Comissão, e a questão que pretendo colocar, é que me suscitou, como já me tinha suscitado, aquando da audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, também coloquei esta questão sobre o estudo do tráfego, que foi aqui colocado pelo Representante dos Peticionários, essa questão também eu a pus, e realmente, achei, muito interessante a questão que foi levantada pela última senhora que eu lamento muito mas que não tomei nota do nome, e nomeadamente, a parte que diz respeito ao Teatro Vasco Santana. E o que a Senhora aqui disse e que eu achei muito interessante que o promotor deveria ser responsável para esse tipo de promoção de ter o Teatro. E isto porquê? Porque o Senhor Vereador, e foi uma questão que me foi suscitada, também quando foi da audição, disse que iria comprar um terreno, iria ser adquirido um terreno na Álvaro Pais, julgo que foi esse o nome, não tenho a certeza, Álvaro Pais, confirma-se que é Álvaro Pais. E portanto, não é o promotor que tem a obrigação de cuidar do equipamento para a cidade, é a Câmara. Qual é o motivo pelo qual a Câmara se vai substituir ao promotor nessa construção que penso que será esse tal equipamento? Elucida-me se estiver errada, se faz favor. Mas a ideia com que fiquei, nessa audição, foi que seria a câmara que iria substituir-se ao promotor e pôr o equipamento nesse terreno. Ora, o que levanta aqui, também, algumas dúvidas sobre como este negócio está a ser, ou esta hasta pública, está a ser realizada. E isto porquê? Porque também não temos acesso, e não nos foi dado, foi-nos dado uns gráficos pelo Senhor Diretor Municipal mas que pouco nos disse, da minha parte não consegui entender o que é que iria ali ser efetuado, na realidade. Havia lá uma alínea que dizia turismo, mas o Senhor Vereador disse que aquilo tinha sido um lapso ...”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

---- “Senhora Deputada, peço desculpa de estar a interromper, mas o objetivo hoje, é ouvir as pessoas. Portanto, as perguntas à Câmara nós podemos fazê-las numa sessão normal da Assembleia Municipal. -----

----- Eu sei que foi suscitada a questão, portanto, pode exprimir-se, naturalmente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)** continuou:-----

----- “Como foi suscitada a questão pela interveniente, é nesse sentido que eu estou a pôr esta questão para ser esclarecida. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Eu peço desculpa de ter chamado a atenção, mas era a combinação que tínhamos entre nós e, portanto, foi só por essa razão. -----

----- Pergunto se mais algum Senhor Deputado tem mais alguma questão a colocar às pessoas que intervieram, ou algum comentário a fazer às intervenções que ouviu? -----

----- Não vejo sinalizados pedidos de palavra.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe que seja muito sucinto, e de acordo com o que estava estipulado, estritamente para responder às dúvidas e não para tomar a defesa das posições da Câmara porque isso é matéria que se passa nas reuniões entre a Câmara e a Assembleia e não aqui na audição. Não estamos aqui a discutir isso. Estamos apenas, a tentar perceber o que é que as pessoas pensam, e já ouvimos aqui opiniões bastante críticas.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Considero, como perceberá, que é muito difícil tentar filtrar entre a opinião e a dúvida. Por isso, terei naturalmente, que dar a minha opinião e o que justificou, esclarecendo também algumas questões particulares. -----

----- Mas permitam-me antes, também, com toda a liberdade de quem ouviu, algumas coisas que também tenham aqui algum minuto de introdução, de diálogo porque acho que isso também faz parte do processo de participação, ouvirmos e falarmos relativamente a algumas coisas que aqui ouvi. -----

----- A participação de cada um relativamente a ação dos vários executivos, é sempre feita uma apreciação de cada um, felizmente que a democracia tem sempre soluções para tudo isso, é por isso que há sempre votos periódicos, e há sempre escolhas nas várias opções políticas. Creio que uma análise justa daquilo que se passou no desenvolvimento da cidade porventura não nos levaria a conclusões parecidas com aquelas que aqui ouvimos, mas respeito as várias opiniões.-----

----- Em segundo lugar, tenho dificuldade em perceber, tenho dificuldade cognitiva em perceber um discurso que põe uma afirmação de pertença à esquerda e uma rejeição de construção em altura. Tenho dificuldade intelectual em perceber, até porque isso levava ao extremo o que simplesmente era o reforço da parametrização das cidades e a fortíssima elevação do preço dos terrenos nas cidades, e a democrática que não tenha zonas de alguma construção em altura, é algo que me parece relativamente incompatível porque limitaremos sempre. Vamos admitir que na zona do centro da cidade limitaremos à construção de moradias, podem ter a certeza absoluta que a única acessibilidade a essa zona da cidade será as zonas de altíssimo valor.-----

----- Relativamente à questão que foi levantada, é sempre desagradável a questão da legitimidade. Gostava de lhe dizer que não sinto nenhum problema, nenhuma legitimidade diminuída. Pretendo, aliás, se tiver essa oportunidade, essa confiança, vê-la confirmada, mas exerço na plenitude os poderes que me estão confiados e atribuídos, sem nenhuma reserva e sem nenhum temor, e defendendo as opções com as quais concordo e, tendo o poder que tenho, não aprovando as opções com as quais não concordo.-----

----- Acho que relativamente, à construção em altura, julgo que qualquer solução de radicalismo é uma solução errada do ponto de vista do desenvolvimento da cidade. ----

----- Há zonas que no desenvolvimento da cidade é benéfico e comporta, e é desejável que alguma construção em altura aconteça, há zonas da cidade onde ela deve ser totalmente proibida, e até já o é do ponto de vista regulamentar pela própria proteção dos valores históricos e arquitetónicos e urbanísticos da Cidade de Lisboa. E é preciso perceber a diferença entre as diferentes zonas, e não ter uma política relativamente ao Campo Grande, ou à zona do Sheraton, onde temos um determinado edifício, uma determinada configuração urbana com o que é, por exemplo, a Frente Ribeirinha, ou como é um Bairro Histórico como é o caso, por exemplo, do Bairro de Alfama, e se tratarmos tudo da mesma forma, estaremos a perceber mal a cidade, e a perceber mal essa opinião. -----

----- E também, se me permite, e a título informativo, cada um será livre de fazer como entender, mas eu terei o maior gosto e empenho que o Arquiteto Manuel Salgado faça parte das próximas listas do Partido Socialista a qualquer órgão que aqui nos candidatemos. -----

----- Mas permitam-me que vá agora às três questões centrais que aqui foram colocadas e que eu creio que mereçam uma importante atenção por parte do município. E eu creio que as identifiquei e que são três, a primeira das quais é a resposta à questão se deveríamos, ou não, deveríamos ter aqui ... um projeto predominantemente habitação. E a nossa opinião é de que não. E por várias razões. ---

----- Quando se fala do repovoamento da Cidade de Lisboa convém ter consciência que o repovoamento é uma necessidade mas que deve ser, fundamentalmente, alicerçado numa reabilitação do edificado existente, porque a Cidade de Lisboa perdeu trezentos mil habitantes em três décadas, ao mesmo tempo que aumentou a sua superfície de área edificada. Eu vou repetir, nós perdemos trezentos mil habitantes ao mesmo tempo que aumentamos o número de prédios na cidade. O que é que isto significa? O que significa é a explicação, aliás, do que nós vemos.-----

----- Eu sou morador das Avenidas Novas, e constato o que vejo nas Avenidas Novas. E o que vejo numa parte importante das Avenidas Novas é a degradação e o problema da falta de reabilitação urbana numa parte importante daquele edificado que ficou, ou deserto ou então que houve uma grande diminuição de deserto na sua integralidade, diminuído do ponto de vista das ...ou então o fenómeno muito típico, ou porventura, o mais difícil de combater, que é a redução acentuada do número de pessoas em cada agregado familiar em cada fogo. Ora, significa isto que se é este o problema, a resposta ao problema do povoamento da cidade, que é de facto, uma

prioridade que o executivo assumiu, é uma resposta que não pode vir pela parte da construção nova. Não pode vir. Não pode vir, porque não. Porque isso significará primeiro, arrisca-se a não ser resposta, e significará convivermos com uma cidade com fortíssimas zonas degradadas do ponto de vista da sua ocupação. E as avenidas são um excelente exemplo da necessidade que nós temos é de recuperar edificado, de recuperar pessoas a habitar edificado existente, e não apostar numa política maciça de construção nova. E isto não elimina em absoluto a construção na cidade. Naturalmente, que a cidade necessita de alguma construção. -----

----- Eu situei e identifiquei uma área precisa, onde acho que nós devemos investir na reabilitação, mas onde também, devemos investir na construção, mas que é a área de habitação de renda acessível. Habitação de renda acessível. -----

----- Ora quando nós nos confrontamos com esta área, com este terreno, com esta localização, o que nós fomos imediatamente, confrontados é que a habitação que estará aqui disponível é uma habitação de altíssimo valor, unicamente para segmentos muito limitados e elevados de estrato socioeconómicos. Mas isto é uma prioridade para a cidade? No nosso entendimento é que não. Não é pelo menos aqui neste espaço, não deve ser. Não o vamos excluir, naturalmente. Há nova construção para todos os segmentos. Mas dizemos que é prioritário que aqui se faça, como alguém sugeriu, metade deste empreendimento ser para habitação? E Vou dizer-vos que valorizava os terrenos do ponto de vista da venda. Se a Câmara olhasse unicamente ao seu lucro, ou como muitos, às vezes, acusam a Câmara da especulação imobiliária e do favor à especulação imobiliária, bom então o que teriam aqui era uma proposta de 100% habitação. Era o que aumentaria o valor de venda dos terrenos. -----

----- Eu gostava de chamar a atenção porque este dado pode ser consultado, nos anexos à proposta estão as avaliações de mercado feitas pelas várias avaliadoras, relativamente ao terreno, e onde foram testadas várias soluções. O valor mínimo considerado pela habitação, para o metro quadrado da habitação naquele local, foi de três mil duzentos e cinquenta euros por metro quadrado. Foi um. O segundo, e vou-vos dar seis valores que são os seis valores constantes nas avaliações, por metro quadrado da habitação. O mais baixo, três mil duzentos e cinquenta euros por metro quadrado, o segundo, quatro mil euros por metro quadrado, quatro mil seiscentos e quarenta e dois euros por metro quadrado, quatro, quatro mil duzentos e setenta euros por metro quadrado, quinto, quatro mil duzentos e cinquenta euros por metro quadrado, e o valor mais alto corresponde a cinco mil oitocentos e cinquenta euros por metro quadrado. Isto é o que uma avaliadora diz que será o preço normal do mercado, naquela zona. -----

----- Esta situação significa que no pior cenário, isto é, no valor mais alto, estima-se que um apartamento com cem metros quadrados, naquela zona, custe a módica quantia de quinhentos e oitenta e cinco mil euros. -----

----- Bom, poderá haver pessoas que defendam que nós devíamos usar este terreno primordialmente para construção de habitação deste valor. Não discuto. Mas não foi a nossa opção. A nossa opção não vai neste sentido. E não cremos que seja benéfico para a cidade ir numa opção deste sentido. -----

----- A segunda questão que é colocada é uma questão da maior importância que se prende com a questão dos equipamentos e da fruição pública do espaço como ele é colocado, e foi colocado por alguns munícipes esta preocupação, e têm razão naquilo que colocam. Esta é uma das razões que justifica, em primeiro lugar, que seja feita a opção de uma venda integral de terreno. Porquê? Porque é aquilo, em primeiro lugar, permite evitar o que seria uma forte redução dos espaços de fruição pública caso fossemos pela opção de loteamentos baratos e de lotes separados. E esta é a primeira opção sobre a fruição do espaço. E dizem que devíamos ter menos construção em altura. Bom, menos construção em altura com a mesma edificabilidade o que nós teríamos era menos superfície de circulação com menos espaço. Bom, era uma escolha. É uma escolha e nós fizemos a nossa. Dentro desta zona, é discutível como todas, é alvo de debate, de discussão. Agora, o que esta proposta faz é aumentar as zonas de fruição pública e aumentá-las a um ponto em que 30% da área do terreno será espaço verde. 30% da área do terreno será de espaço verde. -----

----- Vou-vos dar por comparação, que isto consta do texto da proposta. Se tivéssemos numa operação de loteamento em que pudessem ser vendidos em lotes separados a área de fruição pública poderia reduzir-se em cerca de 5%, isto é, poderíamos ter uma situação em que eram lotes, no limite, imaginemos, se não tivéssemos a rua ali a atravessar que fossem casas à volta do retângulo, totalmente urbanizado á quota, só com zona livre no interior, tipo condomínio fechado, isso poderia ser uma solução se retirássemos a parte da rua, naturalmente, isso significaria que a zona verde reduziria para 17%, e que aliás, poderia ser confinada e não espaço público. A nossa opção foi inversa, foi de predominar o espaço público, e de abrir o espaço público. -----

----- Relativamente ao equipamento, vou precisar um ponto, tem muita razão aqueles que alertam para a questão do equipamento. É por esta razão que a Câmara reservou um terreno que é da Câmara, que não adquiriu, que tem cerca de doze mil metros quadrados, isto é, mais de um quarto da área total do terreno que está a ser colocado, é um terreno que está muito perto, está na Álvaro Pais, está exclusivamente alocado à construção do equipamento, um equipamento o qual a sua natureza ainda não está definida, e será definida mais tarde, poderá ser um teatro, poderá ser uma escola, poderá ser outro tipo de equipamento, mas será sempre um equipamento. Não será uma urbanização, não será vendido, não será para construção, não será prédio de escritório, não será para mais nada. Será para um equipamento. E são doze mil metros quadrados de área de terreno que já são propriedade da Câmara, e que a Câmara teve a opção de não alienar, não urbanizar, não edificar e reservar como espaço de equipamento que é muito próximo deste terreno, para que possa verdadeiramente, sustentar este desenvolvimento. -----

----- Por que razão não é o promotor a pagar este equipamento? -----

----- Na prática, será. Porque nós definimos que as compensações, não havia direito ao pagamento, posterior, das compensações mas o valor das compensações acaba por estar incluído no preço que é feito na hasta. E por isso, a Câmara irá receber um valor líquido de compensações, significa, não lugar ao pagamento posterior de compensações, mas o preço, da forma como foi definido, é um preço que compara

com os preços por metro quadrado na zona, é um preço que, no fundo, inclui uma dimensão que a Câmara usa relativamente a compensações, e que usará. E fizemos isto por uma razão, por uma razão de transparência e de separação até da própria área das compensações relativamente à fixação do preço e do projeto que viesse a ser definido por clareza total relativamente ao preço da transmissão, mas também pelo facto de nós já dispormos da proximidade deste terreno reservado a equipamento. Por isso, a Câmara manterá a liberdade e terá os recursos para resolver esta questão. -----

----- A terceira questão central que foi colocada, e ao qual é uma questão de grande importância, é a questão da nova Feira Popular, isto é, este espaço é um espaço que tem uma história, que tem o seu simbolismo, que tem o seu significado, tem um significado muito profundo para algumas pessoas que nasceram, que cresceram, que viveram na Feira Popular, não é pessoalmente, o meu caso, também sou do Porto e fiz uma chegada mais tardia à cidade, já na fase decadente da Feira Popular, mas é um compromisso que nós queremos assegurar. E estamos perto de estar em condições de anunciar a localização da nova Feira Popular e, naturalmente, o que nós pretendemos fazer é que esteja acessível aos lisboetas e à população circundante da região de Lisboa e a todos os que nos visitam, naturalmente, e esta acessibilidade é um critério múltiplo, tem de ser acessível do ponto de vista financeiro, tem de ser acessível do ponto de vista da mobilidade, deve manter traços de ligação com a antiga Feira Popular, isto é, não devemos ter um parque de diversões igual a qualquer um que exista no mundo, mas deve ser um espaço de muito maior qualidade urbana, paisagística do que aquele, aliás, que tínhamos. È nisso que estamos a trabalhar, é essa a visão que temos e creio que não é este o tempo que temos para fazer esse debate. Creio, aliás, que teremos muitos debates animados sobre a Feira Popular, mas gostava de dizer aos munícipes que levantaram essa questão que têm razão no que dizem, a cidade necessita de um espaço dessa natureza e nós estamos a trabalhar para concretizar essa vontade e essa ambição de muitos lisboetas.-----

----- Última questão, e não tendo a importância destas três primeiras, mas uma questão igualmente importante, a questão do estudo de tráfego. Ele será obrigatório e será realizado em função do projeto concreto que venha a ser apresentado. -----

----- Nós tentamos ser muito transparentes e rigorosos relativamente aos requisitos urbanísticos que constam da ficha urbanística e do seu anexo e sermos os mais claros, transparentes e objetivos sobre isso, e estes critérios resultarão da possibilidade de haver múltiplos e diferentes projetos com diferentes configurações, depende muito das soluções arquitetónicas que vierem a surgir por parte dos futuros proprietários do terreno. E é nesse sentido que são estabelecidas orientações de fundo relativamente à questão da circulação e das entradas, por isso a exclusão que é feita das Forças Armadas por razões evidentes, relativamente ao restante, este estudo de tráfego acompanhe as soluções para depois, em sede de licenciamento do projeto possam ser avaliadas e decididas. É por esta razão que não se pode *a priori*, definir um determinado modelo de acesso porque isso não tem relação com o projeto em concreto, tem de ser definido a par do projeto concreto que vier a ser apresentado. -----

----- Gostava, por último, Senhora Presidente, de dar nota e de terminar desta forma.---

----- Eu creio que este processo da Feira Popular, dos terrenos da antiga Feira Popular, é um processo muito complexo, muito traumático na vida da Cidade de Lisboa, e eu sinto uma grande alegria em nós podermos dar este passo no sentido da resolução deste problema. É um problema muito complexo, um problema que se arrasta há muitos e muitos anos, acho que se pactuarmos, ou suportarmos mais tempo a manutenção de uma situação como aquela que vemos naqueles terrenos é inaceitável na Cidade de Lisboa. Infelizmente, só acerca de um ano, se tornou possível a Câmara ter iniciativa sobre estes terrenos, e isso teve um custo, teve o custo da aquisição plena dos terrenos, e esse é o custo que nós suportamos, a Câmara investiu cem milhões de euros na aquisição dos terrenos, estando em discussão, aliás, o valor final dessa propriedade, para que possa estabilizar, encerrar o processo contencioso relativamente à propriedade para que possamos resolver o mais importante para a cidade que é recuperar esta zona e pô-la, de novo, ao serviço da cidade. -----

----- Devo dizer-vos que quando concluirmos este trabalho nesta frente, será dos dias mais reconfortantes da ação do executivo, poder resolver um problema tão grave que se arrasta à tanto tempo na nossa cidade, e esperamos todos nós que a solução seja à altura do que a cidade precisa, e que sirva a cidade e os seus interesses e no seu normal e bom desenvolvimento.-----

----- Senhora Presidente, quero, uma vez mais, agradecer-lhe esta audição, esta iniciativa e esta preocupação que teve e que a Assembleia manifestou com esta audição e com os trabalhos da audição e da petição, porque a Câmara entende que é da maior importância, este processo, e por isso deve ser o mais participado e discutido possível. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- A Mesa informa que, entretanto, a Senhora Ana Regalado que à pouco chamei mas não estava na sala, entretanto já chegou. Portanto, inscreveu-se previamente tem naturalmente, toda a legitimidade e direito de poder intervir, e fá-lo-á agora. E vamos ouvi-la.”-----

----- **A Senhora Ana Regalado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. É verdade que cheguei um pouco mais tarde, não tive, infelizmente, a oportunidade de estar desde o início, mas gostava de colocar uma questão que se prende com o turismo que existe, atualmente, em Lisboa, e com a oportunidade que há em aproveitar este turismo para dinamizar outras zonas da cidade. Assistimos a que, possivelmente, existe excesso de turistas no bom sentido, mas também não queremos que sejam muito excessivas em determinadas partes de Lisboa, e qua haveria outras ... e toda aquela parte, de Entrecampos e das Avenidas Novas que beneficiavam de houvesse um ponto de atração turística para este sítio.-----

----- Nesse sentido, eu gostaria de colocar se está previsto algum tipo de construção, ou de dinamização do jardim como foi feito, agora, a intervenção do *Viles*, ou da Joana Vasconcelos na zona do Intendente, ou mesmo algum tipo de intervenções no jardim feitas por jovens arquitetos, qualquer coisa que tornasse o ponto o sítio de

atração turística e assim, conseqüentemente, dinamizasse toda aquela zona e não fosse, simplesmente, uma concorrência para o resto do comércio que já existe naquele local.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- De forma rápida, quero agradecer o contributo e manifestar a nossa concordância com a apreciação que faz. Cremos que a cidade ganhará com o alargamento das zonas de fruição turística, e aquelas que referiu são bons exemplos, e temos que trabalhar zona a zona e encontrarmos as fórmulas que nos permitam criar esses pontos de atração. -----

----- As sugestões que deu são sugestões interessantes e que devemos estudar e ir desenvolvendo. Lembro-me do que falou de toda a área da Guerra Junqueiro com a Avenida de Roma parece-me uma zona evidente. Como também, creio que nesta área o esforço que estamos a fazer se vai traduzir e tem também como objetivo fazer esse alargamento. Porque, vejamos, este processo dos terrenos de Entrecampos vai inserir-se, e nós esperamos que daqui resulte uma solução, a forma como foram definidos os critérios, nomeadamente, de circulação e de espaços verdes, tenham sentido. E o sentido é que vai, por um lado, ligar à zona do Jardim do Campo Grande, onde entrará, brevemente, a última fase da obra, esperamos nós, depois de várias tentativas não conseguidas do ponto de vista de conseguirmos um empreiteiro com preços adequados, na última fase sul do Jardim do Campo Grande, esta zona será perfeitamente, contígua que se ligará com o projeto de perfilhamento da Avenida da Republica que terá o alargamento das zonas pedonais e zonas de esplanadas, que se ligará ao projeto da “Praça em Cada Bairro” do Saldanha com o alargamento das zonas de fruição pública pedonal, que prosseguirá pela Fontes Pereira de Melo também com o alargamento das zonas pedonais, com a retirada do trânsito automóvel, ou com reforço das zonas de praça, por assim dizer, em frente ao Picoas e em frente ao Imaviz, também da nova praça, nova no sentido que terá uma configuração diferente da atual, por trás do novo edifício da Fontes Pereira de Melo, entre a Maternidade Alfredo da Costa, e toda a forte alteração do que é o perfil de toda a zona que vem do campo Grande até, diria eu, não diria quase até ao Marquês, com um enorme alargamento das zonas de fruição pública, quer nos alargamentos dos passeios, quer com esplanadas, quer com os espaços verdes, creio que irá trazer, associada, esperamos, à grande qualidade arquitetónica deste projeto, um desenvolvimento e uma melhoria muito significativa da atratividade turística de uma zona da cidade que, até hoje, tem estado limitada. Creio, e aqui partilho naturalmente, daqueles que hoje olham para a Avenida da Republica com alguma tristeza, naturalmente, mas o que nós hoje podemos fazer, e vamos fazer, uma intervenção no edificado do ponto de vista da sua humanização, da sua possibilidade maior de utilização, e o que nós esperamos é que este projeto, a desenvolver nos Terrenos da antiga Feira Popular seja também, um exemplo de modernidade e de excelência do ponto de vista urbanístico e, também, do ponto de vista arquitetónico, e que permita a

continuidade das zonas de espaços verdes e de circulação ao próprio Jardim do Campo Grande.-----

----- É esta a ideia que temos com o alargamento das pistas cicláveis e com o aumento das zonas de fruição e que eu espero que tragam a expansão da fruição turística para zonas até agora, não usadas da cidade.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- A Mesa não regista aqui intervenções de pessoas que queiram falar.-----

----- Julgo que há uma pessoa que pretende falar, ainda. Duas pessoas que querem falar mas que não estavam inscritas, não vieram aqui à frente inscreverem-se. Mas atendendo que tivemos menos inscrições do que aquelas que estavam previstas, eu vou, naturalmente, deixar-vos usar da palavra, e peço para serem sucintos uma vez que já estamos na fase final da reunião.”-----

----- **O Senhor Nuno Clímaco** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O meu nome é Nuno Clímaco. Vivo na zona da Feira Popular há quinze anos, na zona do Edifício da Marconi, portanto, parede meias com a Feira Popular.-----

----- Efetivamente, a situação atual não é agradável, no entanto sinto aquela zona com muito pouca vida ...para um cidadão habitar.-----

----- Efetivamente, é uma zona dominada por escritórios. Ao fim do dia vê-se muito pouca gente na rua, e aqui gostaria só que tomassem como exemplo a intervenção que foi feita nas Forças Armadas com a construção dos edifícios da EPUL. Efetivamente, foi criado um enquadramento para chamar jovens para viverem no centro da cidade, a preços razoáveis. No entanto, não sinto, alguns negócios que abrem, existe alguma vida de rua, mas não sinto que haja ali propriamente uma vivência de cidade. As pessoas chegam no seu carro, saem do seu carro e acabam por não usufruir da cidade, e aquilo, acho, que pode ser considerado um mau exemplo quando, se vamos agora construir na Feira Popular, não queremos repetir de alguma maneira os erros que foram construídos, ali, em termos de espaço público, e de modelo de cidade que foi construído para a EPUL.-----

----- Outra questão relativamente à divisão entre habitação e escritórios. Eu percebo que exista a questão do preço que é algo crítica, agora em termos do que será a melhor opção para a cidade, julgo que poderia ter sido promovido um modelo de participação cívica mais ativo, nomeadamente ao nível da Junta de Freguesia das Avenidas Novas questionar o que é que os habitantes das Avenidas Novas gostariam de ver naquele espaço. Não quer dizer que fosse definitivo porque a Câmara tem necessidades financeiras, mas pelo menos, se calhar vê-se que este modelo de participação não é propriamente, muito efetivo, mas acho que na forma de um referendo, que seria algo que não é comum na nossa democracia, mas na forma de um referendo auscultar a população e tentar conciliar com esses interesses, também, nomeadamente, em termos de áreas de jardins, da divisão entre habitação e escritórios, isto no sentido de, ok, vamos ter 60% de escritórios ...mas o que vai ser aquela zona da cidade ao fim do dia? As pessoas vão usufruir de espaço público? Ou vai ser uma zona com alguma população, ou não?-----

----- Último ponto que julgo que é essencial quando se fala na questão de espaço público e de humanização da cidade. Que restrições vão ser consideradas em termos de estacionamento neste espaço da Feira Popular? Vão ser zonas com 60% de escritórios? Portanto, limitação de lugares de garagem para escritórios, que é uma questão crítica? Porque vamos limitar o tráfego mas até que ponto estamos a atuar ao nível do estacionamento, e de criar limitações ali, sobretudo considerando que a zona é excelentemente fornecida por transportes públicos, comboio, autocarros, Metro, e portanto não há necessidade. Ok, se calhar conseguimos valorizar em termos de mercado se considerarmos um lugar de garagem por cada dois funcionários de escritórios. Mas julgo ser um ponto essencial naquele espaço é limitar o estacionamento.”-----

----- **O Senhor Luís Miguel Lopes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sou Luís Miguel Lopes, e sou colaborador da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- A minha questão é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, e vai no seguimento de uma das preocupações que foi aqui indicada pelo Senhor Presidente, e que diz respeito ao interesse que a Câmara Municipal tem em resolver este assunto o mais depressa possível, derivado de já estar há muitos anos por ser resolvido.-----

----- E a minha questão tem a ver com o critério que foi utilizado em relação ao preço da hasta pública. Portanto, eu tive o cuidado de ler as avaliações que foram feitas pelas cinco empresas que foram contratadas pela Câmara Municipal de Lisboa. São avaliações, bastante, distintas, e os preços variam bastante, vai dos cento e três milhões aos cento e sessenta milhões de euros, sendo que, quatro delas, apresentam valores até aos cento e trinta milhões de euros. Só uma apresentou um valor muito substancialmente acima das outras. -----

----- O critério que a Câmara Municipal de Lisboa resolveu adotar foi a de escolher as três mais caras, ou seja, as três que apresentaram os valores mais elevados, sendo que das três que apresentaram o valor mais elevado, duas delas apresentaram valor de mercado e o valor vendável, digamos assim, o preço que achavam que o mercado poderia comprar mais rapidamente, os terrenos. -----

----- Tendo em consideração que o interesse é, obviamente, não só todos os problemas que já se falaram e toda a envolvente paisagística, técnica, enfim, a questão financeira poder ser importante para se conseguir, realmente, arranjar um comprador importante, interessante e, aliás, alargar o número de interessados no próprio empreendimento. Eu penso que o valor que foi achado, cento e trinta e cinco milhões e setecentos mil euros, é mais elevado que quatro das propostas apresentadas. A minha preocupação e a minha pergunta é qual critério? Por que razão, utilizaram esse critério e não outro, por exemplo, mais exponencial quanto a mim, que seria eliminar os dois, o mais caro e o mais barato, e utilizar a média dos três intermédios. E não a média das três mais elevadas. Portanto, é esta a minha questão.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Esta questão do preço, perguntava se poderiam esclarecer. Bem como a intervenção anterior que, pela nossa parte, naturalmente, a questão do modelo de

participação mais ativo, neste momento, já não podemos substituir o que estamos a fazer, mas é uma questão importante que fica aqui. Eu sou relatora deste processo e irei incluir isto no relatório e na recomendação porque acho que, de futuro, devemos implementar o tipo de soluções que aqui trouxe.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Relativamente à intervenção do munícipe anterior, eu partilho, partilhamos, muito da perspetiva relativamente à vida no espaço e na zona, e este projeto deve contribuir para isso mesmo. E não só este como, não sei se estava aqui presente na sala quando tive a oportunidade de responder a uma munícipe anterior que colocou sobre a questão do turismo, não há, este projeto não é uma solução única. Esta solução tem de se inserir num conjunto de soluções para uma zona. Mas eu concordo muito com a apreciação, concordamos, fazemos o mesmo diagnóstico que faz que é toda a zona da Avenida da Republica, de Entrecampos, fundamentalmente, para sul, para norte está mais limitada pela Universidade, pela Biblioteca, grandes equipamentos, mas para sul, necessita de uma intervenção que humanize toda a zona da Avenida da Republica e também o interior da 5 de Outubro, que permite aumentar muito a sua fruição e a sua utilização pública pelos seus residentes e também, por essa via atrair novos residentes, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Será essa qualificação e essa vida que falta numa parte importante daqueles bairros e, nomeadamente, numa parte importante das Avenidas Novas, que é um elemento muito importante para o futuro, e é aí que se insere aquilo que tentei aqui sintetizar, desde este projeto ao projeto da reabilitação da Avenida da Republica, aos projetos da “Praça em cada Bairro”, no Saldanha, na Fontes Pereira de Melo, Picoas, Imaviz, Maternidade Alfredo da Costa, também a intervenção no Jardim José Fontana, que permitem aumentar muito as zonas de circulação e fluidez de vida, e daquela zona toda ganhar vida. -----

----- Creio que tem razão nesse ponto, nós partilhamos desse diagnóstico, e partilhamos desse objetivo. -----

----- Relativamente à questão do preço que é colocado, vejamos, há um equilíbrio, as avaliações como disse são distintas e quando nós temos que definir um preço temos que definir um preço em primeiro lugar tendo em vista o que é que nós estamos a fazer e o que nós estamos a fazer é uma hasta pública, isto é, nós não estamos a vender por este preço, nós estamos a definir um preço a partir do qual vai começar um leilão público, transparente relativamente ao valor do preço. -----

----- Significa isto que na escolha do preço nós devemos não o colocar excessivamente alto, para que não haja concorrência ou que poucos possam ter essa colocação, também não o deveremos pôr excessivamente baixo no sentido de correremos o risco de havendo menos concorrência o Município ter uma delapidação do seu património e é este o equilíbrio que é feito e sempre que fazemos uma hasta pública fazemos este equilíbrio, consoante a natureza dos ativos as soluções são diferentes. -----

----- Vou-lhe dar um exemplo: nós temos na Câmara de Lisboa um excelente programa que foi desenhado no Executivo anterior e que temos vindo a executar com

grande empenho, que tem corrido francamente bem e que merece hoje a unanimidade da Câmara e da Assembleia, que é o programa Reabilita Primeiro-Paga Depois, que não só permite condições, destina-se unicamente a edifícios degradados que a Câmara coloca e vai alienar, são normalmente edifícios de valor bastante mais baixo, não tem nenhuma comparação com estes valores, são valores alguns de dezenas de milhar de euros, outros de centenas de milhares de euros, poucos casos aliás ultrapassam o milhão de euros ou entra nessas casas, de prédios que estão muito degradados e são vendidos e são comprados para serem reabilitados. -----

----- O que dita a nossa experiência é que a colocação de um valor mais baixo do ponto de vista do seu preço base aumentou tanto a concorrência e a percepção das pessoas que normalmente, eles são arrematados em hastas por valores que duplicam os valores base. Foi o caso da última hasta que tivemos no qual essa alienação foi feita, e porquê? Porque aumentou muito a concorrência, porque há uma apetência de pessoas que querem comprar esses prédios e conseguimos casar os dois objetivos.-----

----- Quando se trata de uma operação deste tamanho e desta envergadura nós não podemos seguir exatamente o mesmo parâmetro, porquê? Porque temos que nos precaver para o risco de poder num momento qualquer, haver não haverá nunca, vou-lhe dar um exemplo do que retive da última hasta. Numa das hastas do Reabilita Primeiro-Paga Depois houve cento e setenta lances sobre um prédio, havia centenas de pessoas que se tinham inscrito para licitar nos vários prédios que estavam em concurso, este é um cenário, isto permitiu que os prédios atingiram o dobro do preço, aqueles que estavam com um preço de base. -----

----- Naturalmente que com um terreno desta natureza por mais esforço que nós façamos de divulgação de evolução de diálogo com investidores, que temos feito, não é crível que apareçam centenas de concorrentes para um terreno desta natureza, não há centenas de concorrentes possíveis no mundo de pegarem num empreendimento desta dimensão, porque recorro trata-se da aquisição de um terreno e depois do desenvolvimento sequente de um projeto e por isso serão umas dezenas no mundo aqueles que terão capacidade financeira para um projeto desta natureza, que é dos maiores projetos que existem neste momento em qualquer capital do mundo.-----

----- Por esta razão nós não podemos correr o risco, nem tomar uma opção de fixação de preço sem ter em conta o que é um valor muito mais próximo do que é um valor de mercado relativamente aos edifícios e foi por esta razão que fizemos as avaliações e foi por esta razão aliás que fizemos esta ponderação e que fizemos a ponderação relativamente a esses valores. -----

----- Percebi ... que tivéssemos pedido um valor mais baixo no ponto de vista do terreno, é sempre discutível! Fizemos esse debate, debatemos muito, ouvimos muitas pessoas sobre isso, creio que esta proposta base é aquela que defende, que se situa melhor o equilíbrio que é essencial para o bom-sucesso desta operação, por um lado não é um valor que está no limite do que seria, do que nós esperamos que seja o valor final de adjudicação, mas por outro lado não é um valor de tal forma baixo que coloque problemas patrimoniais ao Município de poder fazer uma operação que seria

negativa do ponto de vista dos interesses patrimoniais do Município e por isso é assim e por isso é por esta razão que esta fórmula está definida.-----

----- Para terminar gostava de dizer o seguinte, ainda sobre os valores, o valor mais alto que é referido na hasta nas avaliações que é feito é precisamente feito numa base de uma predominância ou de um maior valor relativamente à componente de habitação, é isso que faz subir o valor relativamente, é uma das justificações que faz subir o valor para a avaliação mais alta, é porque valoriza e tem uma dimensão de valorização do preço da habitação.-----

----- Eu gostava que isto ficasse muito claro quando discutimos esta porque esta é de facto uma opção de fundo que está importante: se o Município, e gostava de deixar isto muito claro, se ... sobre este terreno fosse uma opção predominantemente de habitação provavelmente o valor, provavelmente não, certamente o valor a obter pelo Município seria maior! Espero é que tivesse sido essa opção ou imagino que se tivesse sido essa a opção era capaz de ouvir algumas vozes a dizer que afinal que o Município que estava mis preocupado com uma solução de valorização patrimonial do que com outra solução! Bom, a crítica era sempre possível e sempre legítima, mas gostava de chamar a atenção para este ponto, este é um dos aspetos que explica que uma das avaliações que tenha mais valor é precisamente o valor que é considerado para a componente de habitação! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Neste momento creio que não registamos mais pedidos de palavra, tomei nota de tudo o que foi dito, a gravação do que aqui se passou será disponibilizada no *site*, e sobre o que aqui foi dito será feito um relatório que será depois apreciado pela 1ª. e 3ª. Comissões, na próxima segunda-feira, portanto, espero ter o relatório pronto para podermos apreciar e discutir que conclusões é que tiramos nós, agora, Deputados Municipais, desta audição que levamos agora a efeito.-----

----- Agradeço a presença das pessoas que estiveram, agradeço a presença dos que entrevistaram, agradeço a presença dos Senhores Deputados Municipais e, portanto, damos por encerrada esta sessão.-----

----- Muito obrigada.”-----

